COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 4.152, DE 2008.

Revoga integralmente a Lei nº 11.382, de 06 de dezembro de 2006, que instituiu a modalidade de penhora por meio eletrônico.

Autor: Deputado LAÉRCIO OLIVEIRA
Relator: Deputado JOÃO MAGALHÃES

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO PAES LANDIM

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.152/2008, de iniciativa do Deputado Laércio Oliveira, encontra-se nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e tem por fim revogar o disposto no artigo 655-A do CPC, que introduziu a penhora de ativos financeiros mediante ordem eletrônica à autoridade supervisora do sistema bancário, conhecida por *penhora on line*.

O argumento fundamental do proponente reside no risco que sofrem os réus em processo de execução, de responderem por gravame excessivo, sem exercerem a prerrogativa de indicar bens disponíveis para a penhora e garantia do juízo.

O Relator ofereceu parecer à matéria, manifestando-se pela constitucionalidade, juridicidade, adequação técnica legislativa e aprovação do Projeto de Lei, nos termos do substitutivo ofertado, que prevê tão somente a revogação do artigo 655-A do CPC.

Assim relatado, passa-se à análise.

II - VOTO EM SEPARADO

A competência legislativa da União abrange o tema em análise, nos termos do artigo 22 e do inciso I do artigo 48 da Constituição. Dos pontos de vista **formal e constitucional**, a proposição encontra-se indene de críticas.

No que toca **ao mérito**, no entanto, não há a mesma sorte.

O Projeto incorre em grave antijuridicidade, quando revoga os enormes avanços obtidos pela legislação processual civil brasileira, com as chamadas 'minirreformas' de 2006 e 2007. Dispositivos que foram prestigiados pelo Pacto Republicano de Reforma do Judiciário serão suprimidos do ordenamento, sem quaisquer alternativas, inaugurando-se grave e irremediável lacuna sistêmica.

O substitutivo apresentado pelo Deputado João Magalhães restringe a incidência do Projeto de Lei apenas ao artigo 655-A do código de processo civil, em consonância com a ementa do PL, que assevera: "Revoga integralmente a Lei nº 11.382, de 06 de dezembro de 2006, que instituiu a modalidade de penhora por meio eletrônico". Para cumprir o desiderato de revogar a instituição da penhora por meio eletrônico, basta que se aniquile o citado artigo, não sendo necessário revogar toda a Lei nº 11.382 de 2006.

Ainda que superada esta quebra da juridicidade, restringindo-se a proposição apenas à revogação do artigo 655-A do CPC, também assim não merece acolhimento.

A Constituição da República erigiu à condição de garantia fundamental do cidadão, a razoável duração dos processos, como se lê no artigo 5º, LXXVIII.

O não cumprimento das obrigações previstas em sentença desprestigia o Judiciário, enfraquece a democracia e vilipendia o credor da obrigação, que não vê resultado prático na intervenção do Estado.

A experiência da penhora *on line* demonstrou-se grandemente positiva, com a abreviação célere de demandas que, quando de sua instituição, já se alongavam há longos anos.

A par disto, esta Casa discute, a esta altura, a reformulação completa do Código de Processo Civil e mantém os meios eletrônicos de tramitação dos processos, o que inclui o tráfego e o cumprimento das ordens judiciais. Nada mais consentâneo com o atual patamar tecnológico e com o estado de coisas nesta primeira quadra do século XXI.

Agregue-se a realidade de que a ausência do citado dispositivo legal não impediu, entre 2002 e 2006, a utilização da penhora eletrônica, o que os juízes alcançavam por meio de convênios específicos junto ao Banco Central do Brasil. Na **era do processo judicial eletrônico**, instituído por diploma legal que discutimos e aprovamos nesta Casa Legislativa, a Lei nº 11.419/2006, não resiste à mínima noção lógica a iniciativa de inutilizar mecanismos automáticos de cumprimento das ordens judiciais. Facilmente observar-se-ia o paradoxo: um processo que tende a tramitar inteiramente eletrônico, quando chegar a sua fase de execução, ao invés de o juiz determinar o bloqueio de bens – e ativos financeiros – eletronicamente, expedirá um **mandado em papel**, assinado e carimbado, para enviar ao Banco.

Desde a exigência de duplicatas vencidas, passando pela execução de contratos inadimplidos e reclamações trabalhistas impagas, até chegar à cobrança de tributos, a ferramenta do sistema de penhora on line estabeleceu-se de forma definitiva como importante instrumento de efetividade da Justiça.

Excessos judiciários resolvem-se, pontualmente, pelas vias recursais disponíveis ou, em se tratando de procedimento doloso, pelo caminho da investigação e punição funcional dos responsáveis. Esta acusação, no entanto, não pode sustentar a supressão definitiva e total de tão relevante auxiliar na realização da Justiça.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, injuridicidade, inadequação técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.152/2008.

Sala da Comissão, em 09 de abril de 2012.

Deputado **PAES LANDIM**